

BRASILIANAS

Seduh/Divulgação



Vista aérea do Lago Sul e Norte

Moradores poderão regularizar 657 becos no Lago Paranoá

O GDF publicou ontem (25) portaria que regulamenta a Lei Complementar nº 1.055/2025, autorizando a concessão de uso dos becos nos bairros Lago Sul e Lago Norte. A medida, que alcança 657 dos 891 becos existentes nas duas regiões, encerra uma disputa de décadas sobre a ocupação desses espaços públicos, transformados em extensões de residências e alvo de polêmica entre moradores, urbanistas e órgãos de controle.

A polêmica sobre os becos do Lago Sul e do Lago Norte atravessou décadas. Esses becos foram planejados nos anos 1960 como passagens públicas entre lotes residenciais, com a função de conectar quadras a pontos de ônibus, áreas comerciais e institucionais. Na prática, porém, muitos nunca cumpriram esse papel. Com o tempo, foram sendo fechados por muros ou cercas, transformando-se em extensões das casas. Outros acabaram ocupados irregularmente, sem autorização oficial.

O resultado foi uma disputa que se arrastou por anos: de um lado, moradores defendendo o fechamento por motivos de segurança, alegando que os becos eram usados por atalhos para motociclistas e até “ponto de fuga” por criminosos; de outro, urbanistas e parte da comunidade criticando a perda de áreas públicas de circulação.

Kim Albuquerque



Mostra Sussurros - Coletiva - Curadoria Emerson Dionísio

Sussurros: Conversa sobre expografia

A Referência Galeria de Arte recebeu ontem (25) o historiador da arte e curador Emerson Dionísio de Oliveira para a conversa “A expografia como método curatorial para coleções”. Durante duas horas, o público pôde acompanhar reflexões sobre aspectos da montagem de exposições que muitas vezes são negligenciados na curadoria de acervos e coleções. Emerson detalhou como o desenho da mostra “Sussurros” foi construído de forma colaborativa, priorizando a força do conjunto em vez da interpretação isolada de cada obra.

O encontro fez parte da programação da galeria, que completa 30 anos em 2026 e reafirma seu compromisso com a diversidade e a circulação da arte contemporânea. Paralelamente, segue em cartaz até 14 de março a exposição “Sussurros”, que reúne mais de 100 obras de 30 artistas visuais em pequenos formatos. A ideia é que as obras “sussurram” entre si, estabelecendo alianças provisórias e diálogos sutis que convidam o visitante a uma experiência de escuta sensível e imaginativa.

POR
WILLIAM FRANÇA

Tentativa de regularizar é antiga

Segundo levantamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), os dois bairros somam 891 becos. No Lago Sul, são cerca de 480 becos, a maioria localizada nas quadras internas (QI), sem ligação direta com a orla do lago. Já no Lago Norte, há aproximadamente 411 becos, alguns próximos à margem do Paranoá, mas também em áreas internas. Do total, 657 becos (74%) poderão ser concedidos, pois já estavam fechados até novembro de 2025, quando a lei foi sancionada. Os demais devem permanecer abertos.

A tentativa de regularizar os becos não é nova. Em 2023, uma lei chegou a ser aprovada, mas foi derrubada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), que considerou inconstitucional uma emenda parlamentar sobre áreas verdes. O tema voltou à pauta em 2025, quando o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano (Conplan) aprovou a proposta por ampla maioria, reconhecendo que a situação exigia uma solução definitiva.

Depois de anos de impasse, as regras são um marco.

Como funcionará a concessão do beco

A regulamentação publicada agora detalhou o processo. O morador interessado deve solicitar a concessão à administração regional do Lago Norte ou Lago Sul. O pedido precisa ser acompanhado de documentação, como certidão de ônus do imóvel e estudo de viabilidade urbanística elaborado por profissional habilitado.

Se aprovado, é firmado um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), que passa a ser registrado na matrícula do imóvel. Esse contrato prevê obrigações como a manutenção do espaço e a garantia de acesso às empresas públicas, como concessionárias de energia e água.

O morador também deve pagar um preço público, calculado conforme a área ocupada e a permeabilidade do terreno. Se o beco estiver cercado, mas permeável, a cobrança é menor. O valor é limitado ao IPTU e pode ser parcelado em até 12 vezes. Os recursos arrecadados vão para o Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social (Fundhis).



Agentes em ação de combate ao mosquito da dengue

Vigilância reforça combate à dengue no DF

Período de chuva acende alerta para eliminar focos do mosquito

Por Isabel Dourado

Equipes da Vigilância Ambiental da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) têm intensificado as ações de combate ao mosquito da dengue em diversas regiões do DF, especialmente durante o período de chuvas. Segundo a pasta, neste ano até a Semana Epidemiológica 05 foram notificados 1.132 casos suspeitos de dengue no Distrito Federal, dos quais 616 eram prováveis. Dentre os casos prováveis, sete foram confirmados.

A gerente de Vigilância Ambiental de Animais Peçonhentos e Ações de Campo, Herica Cristina Marques, explica que as ações de combate às arboviroses são realizadas de forma ininterrupta com visitas domiciliares e informações aos moradores. Ela ressalta que a colaboração da população é imprescindível para que as medidas de prevenção sejam efetivas.

“Os agentes realizam visitas e fazem o controle larvário, passam todas as orientações para os moradores. Tudo que sirva de depósito para o mosquito deve ser eliminado. É fundamental limpar as calhas, fazer a manutenção de piscinas e não deixar água acumulada em nenhum tipo de recipiente. Cada morador deve fazer a sua parte; não é preciso esperar a visita do agente.”

Ela ressalta que as ovitrampas também tiveram papel fundamental no monitoramento e controle das arboviroses. Em 2025, as equipes de vigilância colocaram mais de

3,8 mil armadilhas. Nelas, um pote preto com água e levedo de cerveja estimula os mosquitos a colocarem seus ovos em uma placa de fibra de madeira (paleta) e na parede do recipiente. Embora as armadilhas pareçam um criadouro de mosquitos, elas são seguras, pois recebem inseticida para impedir o desenvolvimento de larvas do mosquito.

Além das visitas às residências, a gerente de Vigilância Ambiental explica que a Secretaria de Saúde incorporou o uso de drones no combate às arboviroses. Segundo ela, os equipamentos auxiliam no mapeamento de territórios mais críticos. As fotos tiradas pelo aparelho trazem a indicação dos locais onde há possíveis focos de água parada, permitindo ações mais precisas. “O drone é um olhar a mais para o agente em locais que ele não consegue visualizar. Além disso, o drone também consegue colocar o larvicida onde o agente não tem acesso, isso é bem eficiente.”

Vacina

A Secretaria de Saúde do DF também está convocando crianças e adolescentes de 10 a 14 anos de idade que ainda não completaram o esquema vacinal contra a dengue. Segundo dados da pasta, 41,9% das crianças de dez anos de idade tomaram a primeira dose e apenas 16% completaram o esquema vacinal de duas doses. Em nenhuma dessas idades foi atingida a meta de 90%, sequer para a primeira dose.